



ACÓRDÃO Nº869/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11467/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Atalaia do Norte.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Neurani Rodrigues Araújo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3262/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2016.

Irregularidade. Revelia. Multa. Alcance. null.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, referente ao exercício 2016, sob a responsabilidade da **Senhora Neurani Rodrigues Araújo**, Presidente e ordenadora de despesa, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea "b" e "c" da Lei n. 2423/96 – LO/TCE e do art. 188, §1º, III, alínea b e c da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2. Considerar revel a **Sra. Neurani Rodrigues Araújo**, Presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte à época, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 88 da Resolução nº 04/2002;

10.3. Aplicar Multa à Sra. Senhora Neurani Rodrigues Araújo, Presidente e ordenadora de despesa da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, exercício 2016, **no valor total de R\$ 36.188,40** (trinta e seis mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta centavos), nos moldes descritos abaixo:

10.3.1. No valor **R\$1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por cada mês de competência em que houve atraso no envio de dados via E-contas, ou seja, de janeiro a dezembro de 2016, **totalizando o valor de R\$ 20.481,60**



ACÓRDÃO Nº869/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

(vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, I, a, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, conforme restrição do item 1.4 da fundamentação do Relatório/Voto;

10.3.2. No valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) pelo semestre em que houve atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, ou seja, 2º semestre de 2016, com fulcro no art. 308, I, c, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, conforme análise do item 1.1 da fundamentação do Relatório/Voto;

10.3.3. No valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais) por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, atualizada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes nos itens 1.2, 1.3, 1.5, 1.6 (letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h”), 1.7 (subitem 1.7.1, letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, e subitem 1.7.2, letras “a”, “b” e “c”) e item 1.9, letra “a” da fundamentação do Relatório/Voto;

10.3.4. As aludidas multas deverão ser recolhidas **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação.

10.3.5. Autorizar a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.4. Considerar em Alcance a Sra. Neurani Rodrigues Araújo, Presidente e ordenadora de despesa da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, exercício 2016, **no valor de R\$147.281,05** (cento e quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais, e cinco centavos), por falta verificada em valores, materiais ou efeitos de qualquer espécie, com fulcro no art. 304, III da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão do ativo imobilizado



ACÓRDÃO Nº869/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

registrado contabilmente sem que houvesse indícios de licitações e contratos para aquisição de bens, demonstrando o desembolso de recursos públicos, sem a devida comprovação da aquisição, conforme análise do item 1.8 na fundamentação do Relatório/Voto;

10.4.1. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor mencionado acima à esfera Municipal, para a Câmara Municipal de Atalaia do Norte, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM.

10.5. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a Sra. Neurani Rodrigues Araújo, Presidente e ordenadora de despesa da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, exercício 2016, **no valor total de R\$ 100.000,00** (cem mil reais), nos seguintes moldes:

10.5.1. Solidariamente com o advogado Charles Cardoso da Cruz, no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), pela despesa não comprovada em favor da administração, com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão do gasto decorrente do Contrato n. 001/2016, contrato advocatício que não teve a sua execução devidamente comprovada, conforme análise conjunta dos itens 1.9, letra “b” e 2.1 letra “b” na fundamentação do Relatório/Voto;

10.5.2. Solidariamente com o escritório jurídico Paula & Advogados, no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), pela despesa não comprovada em favor da administração, com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão do gasto decorrente do Contrato n. 010/2016, contrato advocatício que não teve a sua execução devidamente comprovada, conforme análise conjunta dos itens 1.9, letra “b” e 2.1 letra “b” na fundamentação do Relatório/Voto;

10.5.3. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor mencionado acima à esfera Municipal, para a Câmara Municipal de Atalaia do Norte, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2020.



ACÓRDÃO Nº869/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral